



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 26 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Editorial	2
JORNAL DO COMMERCIO Expectativa de 3 mil empregos neste ano	3
JORNAL DO COMMERCIO Expectativa de 3 mil empregos neste ano (continuação).....	4
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	5
JORNAL DO COMMERCIO Suframa	6
JORNAL DO COMMERCIO ZFM.....	7
JORNAL DO COMMERCIO Certificação.....	8
A CRITICA CAPA	9
A CRITICA sim & não	10
A CRITICA sobe e desce	11
A CRITICA PRESSÃO DO MPF	12
A CRITICA Críticas à ZFM gera discussões no Amazonas	13
A CRITICA Críticas à ZFM gera discussões no Amazonas (continuação).....	14
A CRITICA Julio Ventilari	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Indústria de split do PIM assegura ter fôlego para atender demanda do País	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Desemprego tem taxa de 5,7% no País, aponta IBGE.....	17
DIÁRIO DO AMAZONAS Suframa desliga 203 funcionários e anuncia concurso	18
MASKATE CAPA	19
MASKATE Fala Sério!	20

MASKATE Fala Sério! (continuação) OPINIÃO	21
MASKATE ZFM escapa por um triz na Reforma Fiscal ECONOMIA	22
MASKATE ZFM escapa por um triz na Reforma Fiscal (continuação) ECONOMIA	23
MASKATE ZFM escapa por um triz na Reforma Fiscal (continuação) ECONOMIA	24
MASKATE MP dos Portos é aprovado com algumas liberalidades ECONOMIA	25
MASKATE MP dos Portos é aprovado com algumas liberalidades (continuação)..... ECONOMIA	26
MASKATE Comunitários protestam contra Polo Naval ECONOMIA	27
MASKATE Comunitários protestam contra Polo Naval (continuação) ECONOMIA	28

CAPA

Demissões preocupam PIM

O Presidente do Cieam, Wilson Périco, vê com preocupação a demissão em massa de 203 servidores da Suframa contratados por meio da Fucapi. A demissão faz

parte do acordo com o MPF para a realização de concurso público. Na opinião de Périco, existe um grande risco de a autarquia não conseguir cumprir as metas.

"Este é um assunto que a gente vem discutindo há mais de um ano. O risco é da autarquia não conseguir fazer o serviço e o suporte que ela precisa para os inves-

timentos no Polo Industrial de Manaus. Podemos não conseguir cumprir prazos. Se não conseguir executar este trabalho, essas demissões vão causar sim impactos

para as empresas", avaliou. Périco acredita ainda que entre os serviços mais prejudicados poderão estar a liberação de mercadorias, a lista de insumos, poderemos

ter problemas com projetos e em todas as demais atividades nas quais estes servidores estavam alocados, já que 200 funcionários é um número expressivo.

Página A7

Editorial

Batalha do ICMS ainda não terminou

A vitória de quarta-feira na Comissão de Economia e Finanças, que aprovou o relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS), garantindo a vantagem comparativa do

Amazonas na cobrança do ICMS sobre transações interestaduais, não é definitiva e pode ser breve.

Na próxima terça-feira (30), a Comissão vota os destaques, a maioria dos quais muda o

texto do relator e prejudica o Amazonas. E depois ainda tem a batalha do plenário.

Os senadores do Amazonas –Alfredo Nascimento à parte –estão sendo sinceros quando pedem a mobilização de todos.

São Paulo tem levado muito a sério o tema, a ponto do governador Geraldo Alckmin se envolver diretamente nas articulações, tentando atrair para seu lado até velhos ad-

versários.

Abancada amazonense teve que aceitar estender o privilégio dedicado ao Estado às demais unidades da Federação que abrigam Áreas de Livre Comércio, como Roraima, Amapá e Acre. Isso para obter o apoio dos senadores destes Estados.

Agora, será travada uma batalha mais ampla, em que o Norte não está unido. O Pará tem votado sistematicamente

com os adversários. E partidos, como o PSDB, parecem ter fechado questão contra o Amazonas.

Mais uma vez, portanto, é preciso apelar à ação dos empresários, do governo e da prefeitura. Todos deveriam estar em Brasília já a partir deste final de semana, conversando com senadores e fazendo lobby em defesa do Estado.

Vale lembrar, como já dis-

semos aqui, que entidades poderosas ligadas à indústria paulista também colocaram seu rolo compressor para funcionar e não vão desistir até que a última batalha seja travada.

Nesta questão do ICMS, nunca é demais ressaltar, não existem bandeiras políticas. Cada Estado puxa a brasa para sua sardinha, o que torna ainda mais difícil a articulação.

Expectativa de 3 mil empregos neste ano

Aeroporto e Shopping da Ponta Negra são esperanças do comércio local para crescimento nas vagas em Manaus



Representantes do comércio varejista participaram ontem de almoço com o superintendente da Regional Noroeste da Infraero, Rubem Lima

Osvaldo Henriques

O presidente da CDLM (Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas), Ralph Assayag e da FCDL-AM (Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas), Ezra

Benzion Manoa, apostam no avanço das obras do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e do Shopping da Ponta Negra, para retomar o crescimento de empregos em Manaus. Em reunião com empresários realizada ontem, na sede da CDLM, foi informado que o aeroporto está

58% concluído e parte da obra será entregue em junho. A expectativa é que ao término da obra, previsto para dezembro, sejam gerados mais de 1000 empregos para o comércio no local. Em junho também está previsto a inauguração do shopping da Ponta Negra, que possui uma

estimativa de gerar mais de 2 mil empregos.

"O aeroporto será um novo shopping para a cidade. Vai ter mais de 120 lojas e poderá ser utilizado da mesma maneira dos shoppings, para fazer refeições, compras, pagamentos... Vamos ter aí mais um ponto de turismo,

lazer e comércio para a população de Manaus" comentou Assayag. A expectativa é de que o aeroporto contenha 133 lojas divididas entre o saguão público, a área de desembarque, área de embarque e terraço. "Tivemos fevereiro razoável, tivemos um bom abril e estamos brigando pelo Dia das Mães. Com o advento dessas obras acredito em números positivos", completa.

O presidente da FDCL-AM Ezra Benzion explica que 2013 está sendo um ano atípico em relação ao emprego por que veio

de 2012 com muitas contratações, mas a inauguração do novo shopping da Ponta Negra deve elevar essas contratações e recuperar a queda sentida no primeiro trimestre. "A manutenção do número de empregos já seria algo a se comemorar, houve realmente muita demanda ano passado, começamos 2013 um pouco mais com o pé no chão. Mas o shopping da Ponta Negra abrindo vamos voltar ao crescimento de vaga no comércio como tem sido nos últimos anos," explica.

Números

AEROPORTO

- ✓ 58% das obras concluídas
- ✓ Entrega da primeira parte da obra (70%) será em junho
- ✓ Estacionamento chegará a 2670 vagas quando estiver 100% concluído
- ✓ Espaços comerciais custarão de R\$ 54 a R\$ 525 o m²
- ✓ Serão ao todo 133 lojas negociadas por licitação através de pregão eletrônico
- ✓ Licitação terá duração de 120 meses para restaurantes, 84 meses para lanchonetes e 60 meses para outros setores.
- ✓ Expectativa é de que todas as lojas funcionem por 24h, servindo como alternativa após as 22h, hora de fechamento dos shoppings.

Expectativa de 3 mil empregos neste ano (continuação)

"Liquida Manaus" salvou índice de empregos

O presidente da CDLM, Ralph Assayag, fez questão de destacar também a importância da promoção "Liquida Manaus" para o comércio local. "A Liquida Manaus esse ano superou nossas expectativas, se não fosse teríamos um mês de abril péssimo, com mais de 2 mil demissões, sem contar o aumento nas vendas" comemora. Assayag fez questão de destacar também que o Dia das Mães está aí para segurar essas vagas e pode até gerar novos segmentos para algumas lojas. "Estou alertando os lojistas, não percam a chance de investir no Dia das Mães. As lojas que só

vendem produtos masculinos façam um trabalho para inserir os femininos durante esse período. Se é confecção troca a confecção. Mas não perde a chancela do Dia das Mães que é muito forte" sugeriu.

Ezra Benzion também destaca a importância da campanha para o comércio. "Os números falam em queda de emprego até março. Em abril já deu uma reagida e isso se deve ao Liquida Manaus. Agora o término dessas obras vem para acrescentar mais vagas e termos um bom crescimento no número de empregos"

Ampliação do Aeroporto

Em almoço realizado na sede da CDLM na tarde de ontem (25), foi apresentado a empresários da cidade as novas áreas que serão inauguradas no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes e comportará 133 lojas. O Superintendente do aeroporto Aldecir Lima, explica que o objetivo da reunião é mostrar aos empresários as oportunidades de negócios que a ampliação trará para os mais variáveis segmentos. "Já iniciamos as licitações e as outras estarão acontecendo nos próximos dias. Vamos Mostrar para o empresário, para que ele se interesse e

seja um parceiro do aeroporto. Hoje dentro do aeroporto considerando todas as empresas que lá estão, a própria Infraero e as companhias aéreas temos em torno de 6 mil pessoas. A expectativa é que esse número deve crescer e ultrapassar as 7,5 mil pessoas trabalhando", explica.

O Superintendente Regional do Noroeste da Infraero, Sr. Rubem Ferreira Lima, explica que o complexo aeroportuário irá corresponder a três espaços diferentes. "Estamos falando de 133 espaços comerciais só no terminal 1, com grandes praças de alimentação e trabalhando

em três níveis. Por que no nível de embarque/desembarque, também vamos ter espaço comercial. Além do saguão público e da praça de alimentação que fica no último pavimento do aeroporto", explica.

O presidente do CDLM Ralph Assayag também comentou as melhoras que a reforma propiciou para o comércio. "Acredito que vamos ganhar muito como turismo e fazermos muitos negócios, ainda mais se conseguirmos o ICMS diferenciado para o Amazonas, trazendo muitas indústrias e áreas do comércio e com isso o aeroporto vai aumentar muito mais sua ro-

tatividade". O presidente também aproveitou para cobrar um maior desembaraço em relação as cargas. "No resto do Brasil o tempo é menor e com isso perdemos em valor por que pagamos mais tempo de locação da mercadoria e com isso quem sofre é a população por que as vezes não tem e ainda paga mais caro do que deveria pagar. Em Manaus a situação é pior por que tudo é logística e a situação do aeroporto é realmente de chorar. Precisamos ter maior velocidade," critica. Segundo Assayag a liberação da carga no aeroporto de Manaus chega a demorar de 10 a 15 dias.

Follow-Up



Reforma Fiscal: a luta continua

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou nesta quarta-feira a nova versão do projeto do governo para a reforma do ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Por pressão dos governadores das regiões menos aquinhoadas, foram abertas brechas no texto que procura eliminar a guerra fiscal. Com essas liberalidades, estes Estados poderão seguir na disputa de atração de empresas com a concessão de benefícios tributários. O Amazonas manteve, até aqui, seu diferencial específico de 12%. Diante do conflito entre as unidades da Federação, um confronto que não tem data para acabar, ficou para a próxima se-

mana a análise das propostas de modificação do projeto, que depois ainda terá de passar pelo plenário do Senado. O estado de prontidão, portanto, continua e a perspectiva não é das mais serenas.

Reconhecimento

O presidente do CIEAM, Wilson Périco, fez questão de destacar, durante a reunião do Codam, ocorrida na sede da Federação das Indústrias e, em seguida, para os dirigentes empresariais presentes à reunião da entidade, na tarde desta quarta-feira, o desempenho parlamentar da senadora Vanessa Grazziotin e do senador Eduardo Braga, na defesa do modelo ZFM e do papel que ele exerce

no fomento da economia regional e na ocupação sustentável representada pelo polo industrial d e Manaus. "Eles foram convincentes e contundentes na defesa do modelo e cumpriram à risca a expectativa que a sociedade tem, neste momento, em relação a seus representantes", destacou.

Cobrança Improcedente

No relato da viagem da comitiva dos empresários da ZFM a Brasília, Périco destacou ainda a presença maciça dos parlamentares paulistas, senadores e deputados, no debate da Comissão, incluindo um staff de alto nível técnico para assessorar a defesa dos interesses de São Paulo. Por parte do Amazonas, além dos dois senadores, Vanessa e Braga, apenas as entidades, os técnicos por elas mantidos em Brasília, e os técnicos do governo estadual estavam presentes. Esta é a resposta e o cenário para a cobrança improcedente, feita às entidades de classe do setor produtivo, de indiferença em relação à defesa do mo-

delo ZFM. FIEAM, CIEAM e demais entidades parceiras, disse o líder empresarial, mantêm comissões, técnicos de alto nível, em Manaus e em Brasília, permanentemente focados na vigilância do modelo, trabalhando em conjunto com parlamentares efetivamente comprometidos com a manutenção da

A alíquota foi mantida em 12% para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, do gás natural e das áreas de livre comércio

economia e o polo industrial da Zona Franca de Manaus. Essa mobilização também se debruça na defesa da indústria nacional, por uma questão de coerência e inteligência, com a presença da FIEAM na vice-presidência da Confederação Nacional da Indústria, um parceiro poderoso da indústria local.

Guerra fiscal

Para acabar com a guerra fiscal, a proposta original era unificar em 4%, até 2021, a alíquota do ICMS cobrada pelos Estados produtores sobre bens vendidos a outros Estados. Hoje essa alíquota é bem mais alta, de 12% na maior parte das transações. A regra atual estimula a concessão de benefícios, porque os Estados têm maior margem para oferecer descontos na tributação e manter parte da receita. Para preservar em parte essas oportunidades, os Estados do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Espírito Santo conseguiram uma alíquota interestadual de 7% para artigos industrializados e agropecuários. A alíquota foi mantida em 12% para produtos oriundos da zona Franca de Manaus, do Gás Natural e das áreas de livre

comércio.

Desigualdades regionais

Na lógica de alguns setores do governo federal, a prática da atração fiscal prejudica a eficiência da economia e a expansão dos investimentos, ao induzir empresários a se instalar em locais inadequados. Ou seja, para eles é mais negócio manter as desigualdades regionais. Nesse contexto, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina que contam com apenas 22% dos senadores, vão apostar em suas bancadas na Câmara Federal, que chegam a 48% dos Deputados. Isso significa que o conflito vai continuar e pouco importa o espírito de brasilidade e o combate às constrangedoras desigualdades regionais.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Suframa

Demissões preocupam indústria

Fim do contrato com a Fucapi vai deixar autarquia com menos 203 colaboradores para a liberação de projetos

Foto: Walter Mendes



Nogueira diz que 770 reestruturação interna será feita para minimizar os impactos no serviço

Por Lucas Câmara

“Gostariamos que houvesse alternativa, mas não há”. Foi com estas palavras que o Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, anunciou na manhã desta quinta (25) o fim do contrato de assessoramento da autarquia com a Fucapi, que encerra no próximo dia 19 de maio.

Com a decisão, tomada em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público e o governo federal a Superintendência da Zona Franca de Manaus demitirá 203 cola-

boradores a partir do próximo mês. Thomaz Nogueira explicou que a intenção da Suframa era desligar estes servidores apenas após a convocação de aprovados no concurso público que ainda deverá ser realizado, mas que isto não foi possível, uma vez que o contrato já encerra dia 19.

Mesmo admitindo que será complicado manter o ritmo de trabalho sem esta mão de obra, Nogueira afirma que uma reestruturação interna será promovida na Superintendência com o intuito de minimizar os impactos na prestação de serviços.

“A intenção é de que não haja prejuízo para os serviços, mas

haverá toda uma reestruturação interna. É uma situação extremamente difícil e teremos que nos desdobrar. A Suframa inclusive cogita transferir pessoas das unidades descentralizadas para a sede, para ajudar nas atividades enquanto não sai o concurso público”, explicou.

Mas apesar das garantias dadas por Nogueira de que os serviços não serão afetados, o presidente da Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périgo, vê com preocupação a demissão em massa. Na opinião dele, existe um grande risco de a autarquia não conseguir cumprir as metas.

“Este é um assunto que a

gente vem discutindo há mais de um ano. O risco é da autarquia não conseguir fazer o serviço e o suporte que ela precisa para os investimentos no Polo Industrial de Manaus. Podemos não conseguir cumprir prazos. Se não conseguir executar este trabalho, essas demissões vão causar sim impactos para as empresas”, avaliou.

Périgo acredita ainda que entre os serviços mais prejudicados poderão estar a liberação de mercadorias, a lista de insumos; poderemos ter problemas com projetos, e em todas as demais atividades nas quais estes servidores estavam alocados, já que 200 funcionários é um número expressivo.

O processo

Tramita no MPF/AM a ACP (Ação Civil Pública) nº 2829-06.2011.4.01.3200, que já passou pela fase de instrução processual e defesa e está concluso para sentença da juíza da 3ª Vara Federal desde janeiro deste ano. A requerente Justiça Federal impõe obrigação a Suframa de não contratar profissionais terceirizados em atividades típicas da autarquia em detrimento dos aprovados em concurso público e a determinação de afastar dos quadros profissionais terceirizados que exerçam atividade fim com a respectiva substituição dos mesmos por aprovados em concurso.

Em setembro de 2011, poucos dias depois do ajuizamento da ação, o MPF/AM obteve decisão liminar que determinou o afastamento imediato de terceirizados da Fucapi e nomeação de aprovados em concurso público ainda vigente à época, e que deixou de ser cumprida pela autarquia.

Em dezembro do ano passado, foi aprovada no Plenário do Senado a medida provisó-

ria 578/2012, que, entre outras atribuições, criaria 89 vagas na Suframa, mas este item foi retirado da pauta na última hora. As vagas eram para suprir o cargo de Analista Técnico-Administrativo, de nível superior, e com regras de contratação de acordo com o previsto no Pecs (Plano Especial de Cargos da Suframa). Mas, por divergências entre lideranças a matéria da MP voltou à Câmara.

A Suframa ainda espera autorização do governo federal para a realização de um novo concurso público com a abertura de 280 vagas. Sem estipular datas, Thomaz Nogueira disse que “a expectativa é de que, em curto prazo, saia a portaria que autoriza o concurso”.



Operador logístico
(092) 3212-8500
www.adukargo.com.br

Números

QUADRO FUNCIONAL

Segundo dados da Suframa, dos 783 funcionários cadastrados, 376 são servidores ativos, cinco requisitados por outros órgãos, dois descentralizados, que estão a serviço da AGU (Advocacia Geral da União), 17 com cargos comissionados (não estatutários) e 383 terceirizados, que correspondem aos contratados via Fucapi. Anando em cargos técnicos de diversas áreas, esses colaboradores correspondem a 48,9% dos funcionários da autarquia.

ZFM

Fieam destaca investimentos para novas indústrias no PIM

O presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva, disse que os 16 projetos aprovados para novas indústrias pelo Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas) evidenciam a credibilidade do modelo Zona Franca de Manaus.

Para Antonio Silva, os investimentos, que devem gerar dois mil empregos, demonstram cenário que confirma o PIM (Polo Industrial de Manaus) como atrativo para investidores que buscam a ampliação dos negócios, firmando suas fábricas no PIM.

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, lembrou que em um parque industrial existem empresas em expansão e em retração, padrão

normal de mercado e da economia, no qual alguns investimentos se instiguem e outros se desenvolvem ainda mais.

Crescimento

“Temos indústrias passando por dificuldades, mas isso deve ser visto como questão de mercado. O momento do PIM é de crescimento, portanto temos que desmistificar o conceito de casos isolados de algumas empresas para que não se torne algo sistêmico”, ressaltou Nogueira, destacando que o PIM está em plena capacidade de atrair novos investimentos, exemplo disso foram os 42 projetos apresentados na tarde de quarta-feira (24), apesar de dois terem sido retirados da pauta, posteriormente.

Certificação

Exportações fluviais do PIM com ISO 9001

Maior empresa que atua na navegação via balsas recebe certificação válida até 2016

P principal portal de exportação das mercadorias produzidas no PIM (Polo Industrial de Manaus) via balsas fluviais que tem como destino Belém (PA) e Porto Velho (RO), o porto da J.F. Oliveira Navegação, localizado ao lado da Ceasa na BR-319, passa a operar, a partir desta sexta-feira (25), com a certificação NBR ISO 9001:2008.

Na prática, o terminal que faz parte do Grupo Chibatão e por onde embarcam três mil carretas em média por mês levando principalmente eletroeletrônicos para os mercados consumidores dos Estados do Sul e Sudeste, passa a atestar para clientes e órgãos públicos, a padronização e o cumprimento de uma série de normas nacionais e internacionais de eficiência, segurança e principalmente qualidade em suas operações.

"O principal beneficiado é a economia do Amazonas que passa a contar com mais um canal seguro e confiável para atender suas demandas logísticas a exemplo do que já acontece no Porto Alfandegado Chibatão que é certificado desde dezembro de 2008", destacou o



Foto: Divulgação/Chibatão

J. F. Oliveira Navegação é a primeira empresa do Grupo Chibatão

vice-presidente do Grupo, Jean Bergson.

De acordo com o gestor do terminal da J.F. Oliveira, Francisco Filho Pereira, o processo de certificação foi realizado em 10 meses e tem validade até 2016, com reavaliação a cada três anos.

Ainda segundo o gestor, entre as principais vantagens para a empresa e seus colaboradores estão as reduções dos custos operacionais, de energia e dos riscos de acidente de trabalho e ambientais.

"A motivação e o compromisso

dos colaboradores com a manutenção destes padrões é permanente, fator que permite a melhoria contínua das atividades", afirmou Francisco Filho Pereira, ao destacar que a certificação será implantada nas filiais da empresa em Belém e Porto

Velho nos próximos meses.

Crescimento

Desde o início do mês na gestão da sede e do terminal da J.F. Oliveira em Manaus, o administrador destacou que outros projetos como a reforma e a ampliação da infraestrutura e instalações — com a construção de salas exclusivas para o atendimento de cada cliente — e a aquisição de novos equipamentos e embarcações já estão em andamento, tendo em vista o crescimento de 20% do setor no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado.

"Apesar da crise em diversos setores, estamos comprovando que nosso segmento permanece aquecido e em franca expansão, por isso vamos continuar a política de investimentos, expansão e contratações do Grupo Chibatão visando oferecer os melhores serviços para nossos clientes e parceiros", ressaltou.

A J. F. Oliveira Navegação é a primeira empresa do Grupo Chibatão e foi fundada em 1978 no município de Coari e atualmente tem mais de 500 colaboradores diretos.

Manaus, sexta-feira, 26 de abril de 2013.

CAPA

TERMO DE AJUSTAMENTO

Suframa dispensa 203 terceirizados

Contrato de assessoramento firmado entre a autarquia e a Fucapi não será renovado PÁGINA A9

sim & não

Nicolau: enrolado e agora isolado

Mergulhado há 15 dias nas acusações do relatório do MP-AM de que superfaturou R\$ 3,3 milhões no ano passado na construção do edifício garagem da ALE-AM, o ex-presidente da Casa Ricardo Nicolau (PSD) experimentou esta semana o isolamento dos colegas. Sem apresentar nenhum esboço de defesa e manter a estratégia de fazer ataques pessoais, Nicolau já está sendo tratado como "moribundo". Até os deputados mais próximos dele se distanciaram.

Cobrança Na ALE-AM, o sinal mais claro de que Nicolau perdeu o apoio dos colegas está na cobrança que o deputado Sidney Leite (DEM) fez ao ex-presidente dizendo: "Precisamos dar uma resposta contundente para a sociedade em relação a todas essas acusações".

Pronunciamento A propósito, há expectativa na sociedade de que Ricardo Nicolau responda às acusações do MP-AM na próxima terça-feira, véspera de feriado. É que ele próprio anunciou que fará pronunciamento nesse dia.

ICMS O Amazonas ganhou tempo para se articular contra os destaques que pretendem derrubar as vantagens do AM na reforma do ICMS na Comissão

de Assuntos Econômicos do Senado. A reunião que votaria as ameaças na terça-feira foi adiada para o dia 7.

Cizânia O Amazonas precisará de tempo porque a Fiesp vai jogar os Estados do Norte e do Nordeste contra a Zona Franca. Ontem, em entrevista para o jornal "O Globo", o presidente da entidade, Paulo Skaf, falou da necessidade de "corrigir detalhes" que, para ele, são prejudiciais à indústria de SP.

Discurso A fala de Skaf reproduz o discurso que fizeram esta semana contra a Zona Franca os senadores tucanos Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Alvaro Dias (PR). "Se a Zona Franca de Manaus ficar com alíquota de 12%, isso vai

prejudicar todos os Estados do Norte e Nordeste. O Governo vai continuar dando incentivo e a indústria vai toda para Manaus", fustigou.

Reação Enfim, as lideranças empresárias do Amazonas reagiram às ameaças contra a Zona Franca. Ontem, no fim da tarde, na sede da Fieam, reunidos, mais de 30 dirigentes da indústria local decidiram que irão redigir uma nota técnica sobre o modelo e que vão, pessoalmente, ao gabinete dos senadores em Brasília.

Preocupação A reunião dos dirigentes empresariais contou com a participação de deputados e senadores de outros Estados que estão em Manaus para tratar de segurança nacional. Eles foram

ao evento, mobilizados pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), que mostrou sua preocupação com o ICMS.

Por Rebecca O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) antecipou esta semana, no Senado, que irá votar contra seu Estado na reforma do ICMS. Aos interlocutores, explicou: "Assumi compromisso com a deputada Rebecca Garcia, PP)". Ela falou com Dornelles no início da semana.

Retorno O deputado Francisco Praciano (PT) não esperou os colegas para se deslocar a Boa Vista, onde hoje a comissão da prorrogação da ZFM discute o tema. Viajou ontem só, mas hoje retorna acompanhado de mais quatro colegas da Câmara.

PINGA FOGO

✕ Aliados do prefeito de Manaus, Artur Neto (PSDB), disseram ontem que o encontro que ele terá com a presidente Dilma Rousseff no dia 2 de maio, às 15h, em Brasília, foi acertado sem mediador, assim como a audiência ocorrerá com interlocução direta.

✕ O deputado federal Henrique Oliveira (PR) fez discurso ontem em homenagem aos 64 anos de "A CRÍTICA". Ele ressaltou a importância do impresso para democratização da notícia no Estado. O jornal fez aniversário no dia 19.

✕ Dirigentes comunistas do AM, AC, RO e RR vão se encontrar no domingo em Manaus em reunião sobre XIII Congresso Nacional do PCdoB. As eleições de 2014 são tema.

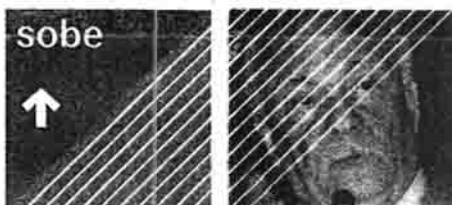
sobe e desce



Rodrigo Bona

DELEGADO DE POLÍCIA

>>Comandou investigação que prendeu quadrilha que vendia terra ilegal em Manaus.



Antonio Silva

PRESIDENTE DA FIEAM

>>Entidade anuncia que visitará senadores antes da votação do ICMS no Senado.



Emanuel Fernandes

DEPUTADO FEDERAL (PSDB-SP)

>>STF abriu processo contra ele por desvio de verbas quando era prefeito de São José dos Campos.



Paulo Skaf

PRESIDENTE DA FIESP

>>Entidade joga Estados vizinhos do AM contra a Zona Franca de Manaus.

PRESSÃO DO MPF

Suframa dispensa 203

Autarquia não renovará contrato de assessoramento prestado pela Fucapi, a partir de 19 de maio

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) dispensará 203 colaboradores no próximo dia 19 de maio, quando encerra o contrato de assessoramento que a autarquia firmou com a Fundação Centro de Análise Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), à qual eles estão vinculados.

A medida foi tomada em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Governo Federal, sendo comunicada na manhã de ontem pelo superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira.

“A ideia era que o fim do contrato fosse casado com a convocação de aprovados no concurso público que deveremos realizar, mas isto não será possível, pois o contrato



Arquivo-A CRÍTICA

Thomaz Nogueira disse ontem que contrato com Fucapi não será renovado

já encerra dia 19. Já havia comunicado há um ano que não seria feita a renovação, mas venho reforçar essa informação hoje em função de que muitos ainda aguardavam que outra solução fosse possível.

Não é.”, disse Nogueira.

Em reunião com a Fucapi, ficou acertado que, a partir do dia 1º, ela começa a proceder aos atos legais decorrentes da decisão. “Não é simples, não é fácil,

Novo concurso

O superintendente Thomaz Nogueira acredita que sairá a autorização do Ministério do Planejamento e Orçamento para o concurso com 150 vagas ainda em maio e existem outras 89 vagas que estão sendo pleiteadas.

não é agradável. Sei que a situação é um problema para vocês, mas também é um problema para a administração. Será complicado continuar o trabalho sem esta mão de obra qualificada. Gostaríamos que houvesse outra alternativa, mas não há”, disse o superintendente da Suframa, em comunicado aos colaboradores.

Críticas à ZFM gera discussões no Amazonas

Ribamar Oliveira diz que modelo é vulnerável *

ADAN GARANTIZADO

adan@acritica.com.br

Na edição de ontem do jornal "Valor Econômico", o articulista Ribamar Oliveira defendeu em seu artigo a ideia de que a Zona Franca de Manaus precisa ser repensada. Utilizando-se do argumento do montante de impostos que o País abre mão para se manter os incentivos fiscais da ZFM, o jornalista criticou duramente o modelo.

Segundo o texto, mais de 30% dos benefícios fiscais oferecidos pela Zona Franca são custeados por municípios e estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ribamar destacou que somente com a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) em 2010, a Zona Franca retirou R\$ 2,6 bilhões do orçamento de 20 Estados e dos fundos constitucionais de investimento. Oliveira também utilizou o estudo "Zona Franca de Manaus: desafios e vulnerabilidades", produzido pelo Senado Federal para embasar seus "ataques". No fim do artigo, ele afirma que não existem perspectivas para que o modelo da Zona Franca se torne sustentável e as empresas deixem de depender das benesses fiscais oferecidas pelo Governo.

O artigo do "Valor Econômico" foi alvo de reflexão de especialistas e autoridades responsáveis pela gestão do modelo. O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira afirmou que o estudo não representa a realidade local, pois leva em conta apenas os aspectos negativos da Zona Franca. De acordo com Thomaz, pontos como a importância da ZFM para o desenvolvimento da região foram esquecidos pelo autor do artigo. Ele ainda lembrou que apesar da renúncia fiscal da ZFM, o Amazonas ainda é responsável por 57% da arrecadação do Norte.

Já o economista Osiris Silva, concordou em parte com o artigo. Ele disse que já passou da hora de o modelo e os conceitos da ZFM serem reavaliados. "Enquanto os demais estados se prepararam para a guerra nós estamos por aqui apelando para valores subjetivos, frágeis, superados, sem sustentação técnica e política. O modelo envelheceu. Está cansado. Vivemos em um mundo completamente diferente dos anos 70. Mas temos em não evoluir. Ainda vamos acabar pagando caro por isso", criticou o economista.



Serafim Corrêa, economista



José Laredo, consultor econômico



Osiris Silva, economista

Críticas à ZFM gera discussões no Amazonas (continuação)

Artigo contém meias verdades

É o que diz o economista Serafim Correa

Auditor da Receita Federal, o ex-prefeito de Manaus, Serafim Correa, disse que o jornalista está equivocado em seu artigo. Segundo Serafim, Ribamar usou “meias verdades”. “Se ele utiliza-se desta lógica, também podemos afirmar que a indústria automobilística de São Paulo é financiada pelos municípios pobres do Amazonas. A grande verdade é que as máscaras tem que cair. O Governo Federal vem tratando a Zona Franca de Manaus como uma grande brincadeira. Quer um exemplo? O Fernando Pimentel (Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) está há 27 meses no cargo e nunca pisou em Manaus! É um absurdo”, disparou Serafim. Apesar do tom duro na resposta, o ex-prefeito concordou que não existem perspectivas para que o modelo se torne independente dos incentivos fiscais. “Ainda mais porque não temos inves-

timentos em energia, a internet é uma das piores do Brasil, o porto e o aeroporto estão defasados... É realmente complicado”, finalizou. O consultor econômico José Laredo também se mostrou favorável à uma reformulação da Zona Franca e lembrou que ela deve ser uma responsabilidade da sociedade em geral. “É muita responsabilidade para o Governo, a Suframa e a Seplan. Precisamos de alternativas. Uma das opções que defendo é a inclusão da Prefeitura de Manaus na gestão do modelo. O Município já tem assento no CAS e no CODAM”, lembrou. Laredo também classificou o argumento da renúncia fiscal como inócuo. “O Amazonas é um dos 8 estados do Brasil que tem superávit. Arrecadamos mais do que recebemos do Governo Federal. Isso basta para mostrar que a Zona Franca é um ótimo modelo para o Brasil”, finalizou.

Julio Ventilari

Reunião de trabalho

Os presidentes do Cieam, Wilson Périco, e da Fieam, Antonio Silva, trocaram ideias, ontem à noite, com a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B). A unificação do ICMS e a prorrogação dos incentivos da ZFM foram dois dos principais assuntos que deram o tom na conversa.

Indústria de split do PIM assegura ter fôlego para atender demanda do País

Varejo do Nordeste aumenta pedidos com o forte verão e fabricantes alegam estoque mal planejado

TEXTO Laís Motta
FOTO Nome do fotógrafo

MANAUS

A indústria do Amazonas nega o desabastecimento de condicionadores de ar nas redes varejistas do Nordeste. Notícia veiculada no jornal 'Valor Econômico' afirma que as fabricantes nacionais não estão conseguindo atender a demanda no País, causando a falta dos produtos nas prateleiras. O Polo Industrial de Manaus (PIM) concentra 90% dos aparelhos fabricados no Brasil.

O proprietário da rede pernambucana Pontê de Promoção, Fernando Mendonça, disse que as fabricantes instaladas do PIM estão vendendo por cotas aos varejistas. Já a rede Eletroshopping informou que está perdendo vendas por falta de produto.

O presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, discorda que o PIM não esteja atendendo aos pedidos. Segundo ele, as redes varejistas tentam retomar a vantagem de comercializar os aparelhos importados, que são mais baratos. "Eles estão fazendo pressão pra continuar vendendo os importados", disse ele, lembrando a medida do governo federal que aumentou o Imposto de



PRODUÇÃO
O Polo Industrial de Manaus (PIM) concentra 90% dos aparelhos produzidos no País

Produtos do PIM ampliaram a vantagem competitiva após o governo federal aumentar o imposto de importação para fabricantes de outros Estados

Importação (II) dos aparelhos split-system de 18% para 35% em setembro de 2011. A medida foi um meio de frear a entrada dos aparelhos asiáticos.

Périco reforçou que as empresas do Amazonas têm capacidade de atender à demanda e ressaltou que os estoques estão conforme o planejamento.

Para o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, o aumento do tributo no País aqueceu a atividade industrial local, ao negar a existência de uma política de cotas de entrega.

Solicitações feitas abaixo da

demanda são apontadas como fatores que podem resultar na demora para a entrega dos aparelhos. Segundo o vice-presidente de relações Institucionais e Sustentabilidade da Whirlpool Latin América, Armando Ennes do Valle Júnior, as revendedoras sabiam da previsão de forte calor para 2013 e fizeram suas encomendas dentro do que esperavam. "O que pode ter ocorrido é que a procura foi maior do que esperavam e quando se pede uma reposição para 24 horas não se consegue atender. Isso funciona sob encomenda e quando há

um desequilíbrio entre a encomenda do revendedor e o verão, ele eventualmente pode ficar sem o produto", observa.

Valle Júnior ressaltou que os pedidos feitos à indústria local levam cerca de 30 dias para serem entregues, enquanto os importados, 90. O empresário disse que nenhuma rede enfrenta a falta de produtos da Whirlpool e destacou que o mercado de condicionadores é forte entre novembro e fevereiro, acumulando 80% do volume de vendas do ano.

A Associação Brasileira de Refrigeração, Ar-Condicionado,

FRASE



Armando Ennes.
Vice-presidente
Institucional e de
Sustentabilidade
da Whirlpool

O que pode ter ocorrido é que a procura foi maior do que esperavam e quando se pede uma reposição para 24 horas não se consegue atender"

Ventilação e Aquecimento (Abrava) disse ao 'Valor' que as fabricantes não esperavam a alta repentina dos pedidos. "A indústria brasileira foi surpreendida com um forte calor em todo o Brasil. Os estoques foram consumidos e houve um problema de desabastecimento", disse o conselheiro da Abrava, Toshio Murakami. A dificuldade é passageira e deve permanecer até a metade deste ano, disse.

Desemprego tem taxa de 5,7% no País, aponta IBGE

A taxa de desemprego no País ficou em 5,7% em março, o menor patamar para o mês desde o início da Pesquisa Mensal de Emprego, em 2002, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, se por um lado a manutenção da desocupação em patamares baixos mostra um mercado de trabalho ainda apertado, a redução no contingente de trabalhadores e a migração de parte da população para a inatividade confirmam uma perda de fôlego na geração de vagas.

Suframa desliga 203 funcionários e anuncia concurso

Autarquia informou fim de contrato com a Fucapi

FOTO Danilo Mello/14/03/06

MANAUS

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, confirmou que não haverá mais prorrogação do contrato de assessoramento com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), que encerra no dia 19 de maio. A medida foi tomada em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público e o Governo Federal e, na prática, deixará a autarquia sem 203 colaboradores a partir do próximo mês.

"A ideia era que o fim do contrato fosse casado com a convocação de aprovados no concurso público que deveremos realizar, mas isto não será possível, pois o contrato já encerra dia 19. Já havia comunicado há um ano que não seria feita a renovação, mas venho reforçar essa informação, hoje, em função de que muitos ainda aguardavam que outra solução fosse possível. Não é", disse Nogueira.

Em reunião com a Fucapi, ficou acertado que, a partir do



A medida foi tomada em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público e o governo federal.

dia 19, ela começa a proceder aos atos legais decorrentes da decisão. "Não é simples, não é fácil, não é agradável. Sei que a situação é um problema para vocês, mas também é um problema para a administração. Será complicado continuar o trabalho sem esta mão de obra qualificada. Gostaríamos que houvesse outra alternativa, mas não há", disse.

Concurso

O superintendente agradeceu o trabalho de todos, alguns

com mais de 20 anos de atividade na Suframa, e pediu que, os que quisessem permanecer na autarquia prestassem o concurso público. "A expectativa é de que, em curto prazo, saia a portaria que autoriza o concurso. O trabalho de vocês é importante e espero que retornem a esta casa", disse.

Apesar do clima de tristeza no auditório, o superintendente foi aplaudido ao final da reunião. "Saibam que tudo que poderíamos ter tentado fazer, tentamos", concluiu.

CAPA

VANTAGENS FISCAIS DA ZONA FRANCA SÃO MANTIDAS

Fala Sério!

Fieam rebate

Respondendo às cobranças do deputado Henrique Oliveira, do PR (vixe!), de que as entidades deveriam se movimentar um pouco mais em cima da discussão da Reforma Fiscal e defesa do modelo ZFM, o presidente da FIEAM, Antônio Silva, desceu o malho no parlamentar: "A ZFM é uma conquista do povo e quem é pago pra defender o povo é sua representação parlamentar".



Suporte diuturno

Antônio Silva relembra que a entidade mantém em Brasília dois técnicos de alto nível para acompanhar dia e noite a discussão da ZFM, e que eles fazem pareceres, estudos e redigem subsídios para assessorar os parlamentares que se interessam na defesa da ZFM. E que, cá pra nós, são poucos.

Ausência habitual

Havia nenhum deputado federal na discussão da Zona Franca de Manaus sobre a unificação do ICMS. Eles simplesmente ignoram, com atos, palavras, gestos e omissões, o interesse sobre a defesa do modelo do qual retiram toda a base material que lhes sustenta a sinecura e a imputabilidade criminal.

Perdido e despreparado

O deputado Henrique Oliveira, que atacou as entidades, chegou a Brasília mais perdido que aquele cachorro do caminhão, que despencou no meio da rua no dia da mudança. E não mudou de conduta desde então. Continua superficial, oportunista e despreparado como sempre foi. E ingrato... basta ver sua conduta de "agradecimento" com quem lhe deu emprego e oportunidade na TV Rio Negro.



Fala Sério! (continuação)

Vanessa e Eduardo

Na reunião 'do CO-DAM, na última quarta-feira, o presidente do CIEAM, Wilson Périco, reconheceu a postura aguerrida da senadora Vanessa Grazziottin, e destacou o discurso contundente de Eduardo Braga, o líder do governo no senado. "Eles foram implacáveis na argumentação de defesa em cima do modelo Zona Franca!".



À casa torna

Nesta quinta-feira, como fazia antigamente, a senadora Vanessa Grazziottin volta à FIEAM para debater com as empresas os encaminhamentos políticos em torno da ZFM, tanto da discussão da Reforma Fiscal, como da prorrogação e da ampliação dos incentivos para a RMM, Região Metropolitana de Manaus.

NINGUÉM MERECE!

- O prefeito Arthur Neto foi ao Congresso peitar a canalha paulista e dizer de uma vez por todas que abandona a catraia tucana se continuarem os ataques à ZFM.
- Nesta quarta-feira, a canalha encomendou ao jornal Valor mais um ataque ao modelo, dizendo que a ZFM consome 54% dos benefícios fiscais dos municípios da Região Norte, uma meia e escrota verdade.
- Os arautos da canalha omitem que 54% da riqueza produzida pela ZFM vão para os cofres da União e que a receita do Amazonas sustenta os demais estados da região.
- Eles fazem questão de omitir que chega até 65% de toda a arrecadação da região Norte o volume de impostos pagos pela ZFM. A canalha não sossega.

ZFM escapa por um triz na Reforma Fiscal

❧ *Vanessa e Eduardo foram brilhantes na argumentação pró-Amazonas*

Como dois 'cabuquinhos' do beiradão, enjoados, contundentes e convincentes na defesa da ZFM, o senador paraense Eduardo Braga e a senadora catarinense Vanessa Grazziotin, fizeram por onde receber a carteirinha do Clube de Ajuricaba no desempenho e argumentação a favor da Zona Franca de Manaus, assegurando a manutenção de suas vantagens fiscais competitivas. Parece que funcionou a cobrança da sociedade, sobretudo nas redes sociais, em cima do começo de mandato de ambos, quando foram tímidos e omissos na defesa do modelo, votando com Dona Dilma empenhada em fazer média com o eleitorado mineiro, seus contrerrôneos, e com a canalha paulista, dentro do projeto de eleger Haddad para a prefeitura e Mercadante para o governo no próximo ano.



Canalha paulista apanhou

Em derrota dos Estados mais desenvolvidos, São Paulo principalmente, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem nova versão do projeto do governo para a reforma do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Por pressão dos governadores das regiões mais pobres, foram abertas brechas no texto

que procura eliminar a guerra fiscal, na qual os Estados menos industrializados disputam a atração de empresas com a concessão de benefícios tributários. Diante do conflito entre as unidades da Federação, ficou para a próxima semana a análise das propostas de modificação do projeto, que depois ainda terá de passar pelo plenário do Senado.



Unificação progressiva

Para acabar com a guerra fiscal, pretende-se - ou pretendia-se - unificar em 4%, até 2021, a alíquota do ICMS cobrada pelos Estados produtores sobre bens vendidos a outros Estados. Hoje essa alíquota é bem mais alta, de 12% na maior parte das trans-

sações. Ou seja, se o ICMS sobre um produto é de 18%, o Estado de origem cobra 12%, e o do destino, 6%. A regra atual estimula a concessão de benefícios, porque os Estados têm maior margem para oferecer descontos na tributação e manter parte da receita.

ZFM escapa por um triz na Reforma Fiscal (continuação)

"...não sobrará indústria em São Paulo"



Para preservar em parte essas oportunidades, os Estados mais pobres conseguiram uma alíquota inte-

restadual de 7% para artigos industrializados e agropecuários do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Es-

pírito Santo. A alíquota foi mantida em 12% para produtos oriundos de áreas de livre comércio, como a Zona Franca de Manaus. Contrário ao texto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter ouvido do governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), que, se o texto for mantido, "não sobrará indústria em São Paulo". Buá, buá, buá!!!! Os Estados mais industrializados não são os únicos interessados no fim dos incentivos. Para o governo federal e especialistas, a prática prejudica a eficiência da economia e a expansão dos investimentos, ao induzir empresários a se instalar em locais inadequados.

ZFM escapa por um triz na Reforma Fiscal (continuação)

Lei complementar

Embora as alterações tenham facilitado a votação de ontem, a nova versão do projeto estabelece condições que podem dificultar, mais à frente, a reforma do ICMS. Também atendendo a reivindicações dos governadores, ficou estabelecido que as novas regras só entrarão em vigor se uma lei complementar definir

fundos de compensação aos Estados e estímulo ao desenvolvimento. A estratégia original era criar esses fundos por medida provisória, cuja aprovação é mais simples: depende da maioria dos presentes nas votações, enquanto a lei complementar exige mais de 50% do total de deputados e senadores.

Desigualdades regionais



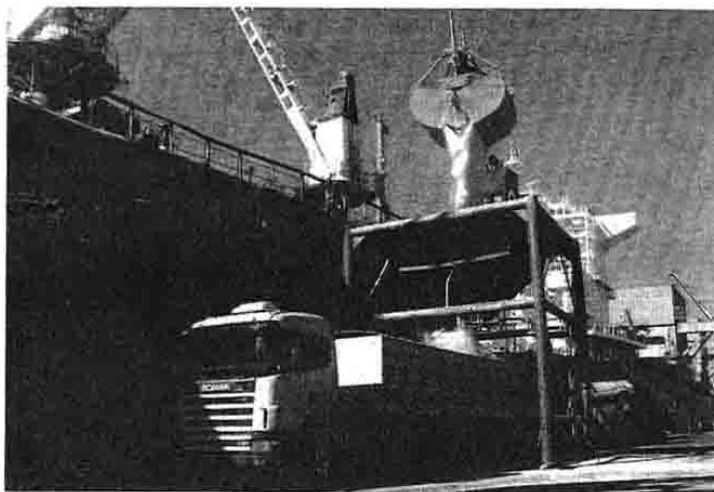
Os Estados mais ricos - São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina - contam com apenas 22% dos senadores, mas as suas bancadas chegam a 48% da Câmara dos Deputados. Isso significa que o pau ainda vai quebrar e o lobby do Sudeste vai falar alto,

com a força da grana que ergue e destrói coisas belas, incluindo o espírito de brasilidade e de combate às escandalosas desigualdades regionais. Do lado do Amazonas, é preciso ainda mobilizar a bancada despreparada e preguiçosa que se alheia sempre e quando está em pauta o interesse do Estado.

MP dos Portos é aprovado com algumas liberalidades

(1) Restrições curiosas impedem a modernização portuária da ZFM

Com mudanças no texto original para agasalhar interesse específicos e com as restrições para punir concorrentes, o relatório de Eduardo Braga da MP dos Portos passou goela abaixo do Senado, incluindo contratos de concessão de 50 anos e a proibição de empresas de navegação se associarem a projetos portuários privados. Doravante a estrutura portuária de Manaus, cara, oligopolizada e precária – são frequentes os desabastecimentos e o risco de desabastecimento – podem dormir sossegado. Coincidentemente, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, são generosos os milhões que de lá procedem para patrocinar determinadas campanhas políticas.



Contra o relógio

Para não perder a validade, a medida provisória deve ser votada até o dia 16 de maio nos plenários da Câmara e do Senado. Os deputados e senadores que integram a comissão mista formada para analisar a Medida Provisória 595, a MP dos Portos, aprovaram nesta quarta-feira o relatório final da MP, mas incluíram algumas

mudanças, que ainda deverão ser analisadas pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado. Entre as modificações está a previsão de que os contratos futuros de arrendamento tenham duração de 25 anos, prorrogável pelo mesmo período. Ou seja, meio século de privilégios e vantagens. Onde já se viu um negócio desses? O

próprio Braga pulou da cadeira. "Não há nenhum entendimento para aprovação. Isso na prática significa contratos de 50 anos de concessão. Eu não conheço na história da República contratos com esse tempo".



Paradigma de ocupação

Em entrevista histórica dada à mídia local, Omar indagou sobre as razões pela qual o projeto estava emperrado. Lembrou que, apesar da não exigência legal, o projeto do porto assumiu a realização de EIA/RIMA, Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, com compromissos sociais e

ambientais inéditos na região – assumidos em duas audiências públicas e em documentos consolidados entregues ao órgão ambiental e demais instâncias públicas. De fato, o projeto é reconhecido por entidades e instituições do setor como paradigma de uso e ocupação da orla de Manaus.

Estratégias do boicote

Em agosto de 2011, confirmando o cumprimento de todas as exigências ambientais, sociais, paisagísticas e arqueológicas, além do NADA OPOR da Marinha do Brasil e a determinação do Plano Diretor da cidade de Manaus, que destina aquela área para os fins assumidos, recebeu o Licenciamento de Instalação, concedido pela autoridade

estadual de Meio Ambiente. Depois disso, a estratégia de protelação para inibir o projeto tratou de incluir sua área num tombamento desenhado propositalmente para boicotar o projeto, o único empreendimento empenhado em resguardar os parâmetros de sustentabilidade na orla de Manaus. É hora de trilar o apito e dar início ao jogo da verdade.

MP dos Portos é aprovado com algumas liberalidades (continuação)

Por que vetar a Login?

Braga conhece muito bem a demanda portuária do Amazonas. Proibir indiretamente no texto de seu relatório a presença da Login-Logística no processo de modernização portuária da ZFM é muito curioso, pra não dizer esca-

broso, uma atitude que só faz sentido se tiver a intenção de evitar a concorrência. A empresa se juntou à Juma, uma parceira local, com ficha limpa e um currículo de lutas pelo desenvolvimento do Amazonas que remonta ao Ciclo da

Borracha, com seus ascendentes do Ceará que aqui chegaram na virada do Século XX. A Login já tem um porto imponente no Espírito Santo, do tamanho e da modernização que a ZFM exige. Por que vetar a Login?

Golpe na ZFM

Para um estado como o Amazonas, a sexta economia do país, que não dispõe de conexão rodoviária com o resto do Brasil, a fragilidade portuária vigente tem sido fator crescente de perda de

competitividade da produção industrial e ameaça efetiva de esvaziamento do modelo Zona Franca de Manaus. Por essa razão, desde 2006, por iniciativa de poder público, empresários e entidades

de classe, buscando atender a demanda das mais de 400 empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus, formularam o projeto de um novo terminal nas proximidades do distrito Industrial.

Omar percebeu a saída



Foi a Suframa que chamou a Login para conversar com a JUMA, e estimular uma solução portuária com peculiaridades ar-

rojadas do ponto de vista da sustentabilidade, modernização e cumprimento de todos os itens da legislação em vigor. E se o empreendimento surgiu no âmbito da SUFRAMA, a agência federal que administra os incentivos da ZFM, é porque fundado na convicção da necessidade estratégica e vital de assegurar competitividade ao Polo Industrial de Manaus. E foi essa a percepção do governador Omar Aziz que percebeu a seriedade e a urgência do projeto. Tão logo assumiu o governo, tratou de desmontar a balela e a esparrela montadas na gestão anterior.

Comunitários protestam contra Polo Naval

Os moradores passaram a vida toda lutando contra o Exército Brasileiro – que se diz dono das terras e possui uma base no local – e agora surge outro inimigo: o Polo Naval



O tão falado Polo Naval de Manaus continua gerando polêmica, agora, por parte dos moradores do Puraquequara, que tem perder a tranquilidade e até mesmo os terrenos se o pólo for efetivado. Moradores da comunidade de Jatuarana, localizada na Zona Rural, voltaram a protestar contra a instalação do Polo Naval de Manaus nas terras que consideram deles.

Eles temem deixar as moradias numa área de aproximadamente 36 quilômetros à margem do lago do Puraquequara.

A situação é complicada, já que os moradores passaram a vida toda lutando contra o Exército Brasileiro – que se diz dono das terras e possui uma base no local – e agora surge outro inimigo: o Polo Naval já autorizado pelo Go-

verno do Estado. Eles temem que as terras sejam arrendadas pelas empresas previstas para se instalarem no Polo e pelo Exército Brasileiro, que reclama também a posse das terras. Há ainda informação entre os moradores de que a área onde será implantado o projeto, poderá possibilitar ao Exército o arrendamento para as empresas.

Comunitários protestam contra Polo Naval (continuação)

De quem é a terra?

Os moradores alegam que são donos da terra desde 1909. Eles protocolaram no Ministério Público Federal (MPF) um documento que solicita a consulta do órgão para saber a autenticidade das terras e a quem pertence. Participaram também, na última sexta-feira de audiência pública na Câmara Municipal de Manaus.

Se por um lado parte dos moradores é contra a implementação do polo, por outro, os residentes dizem que o projeto prevê transformar a comunidade numa “cidade operária”, aproveitando a mão de obra dos moradores. “Nunca seremos contrários a um projeto de desenvolvimento da comunidade, mas não queremos ser man-

dados embora de nossas casas”, disse o presidente da comunidade Jatuarana, Doramir Viana da Costa. Segundo ele, o Exército acusa os moradores de serem invasores das terras. Segundo Doramir, o Exército se respalda em um decreto estadual do ex-governador do Amazonas Danilo Matos Azeiteiro datado de 1970.

Polo Naval no Puraquequara

O projeto está em andamento desde 2006 e tem como coordenadores os governos Federal e Estadual. Em julho do ano passado, a área que compreende o Jatuarana passou por sucessivos estudos topográficos e avaliação, o que passou a incomodar parte dos moradores. “Ninguém nos passou informação sobre estes estudos muito menos fizeram uma reunião com a comunidade para tratar do assunto, eles vão fazendo

as coisas como se não existisse ninguém na comunidade”, disse a líder comunitária Maria José Amaral da Cunha, 55.

Doramir ressaltou que a comunidade, também solicitou um levantamento topográfico de estudantes da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) no ano passado no qual apontou que a área do Exército está a cinco quilômetros do perímetro da comunidade. Já o Exército argumenta que a pro-

priedade foi homologada para as Forças Armadas durante a ditadura militar, e que tem direito à área onde são realizados exercícios anuais. Outro entrave é que o Plano Diretor de Manaus cria diretrizes de construções para uma cidade pelos próximos dez anos, porém o projeto do Polo Naval, previsto para ser entregue em 2015, não está previsto no projeto do plano que está sendo analisado na CMM.

Peixe da Panair será vendido nos bairros

Com o objetivo de minimizar o desperdício de peixe na Feira da Panair, na Zona Sul de Manaus, uma equipe da Secretaria Municipal de Empreendedorismo e de Abastecimento (Sempab) vai iniciar um trabalho de orientação nas embarcações durante a madrugada, horário em que acontece o desembarque do pescado. Além disso, a secretaria disponibiliz-

ará dois caminhões para que os pescadores possam transportar o pescado e comercializá-lo em outros bairros. O trabalho começa nesta quinta-feira (25).

Ainda segundo a Secretaria, um caminhão coletor também ficará na Panair apenas para retirar do local o peixe que realmente não servir mais para o consumo. As providências serão tomadas para

amenizar a situação até que o terminal pesqueiro possa entrar em funcionamento. Atualmente, o terminal pesqueiro encontra-se sob domínio do Governo Federal. A Prefeitura afirma que espera a transferência da administração para que possa viabilizar o funcionamento das câmaras frigoríficas e resolver o desperdício de pescado na cidade.